

O ENSINO PROFISSIONAL: MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PROFISSIONAL

Marília Santos¹, Darlinda Moreira²

¹ Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa, Portugal, marilia.santos@sapo.pt

² CEMRI, Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa, Portugal, darlinda.moreira@uab.pt

Resumo

O ensino profissional assume, presentemente, um papel cada vez mais preponderante na formação e escolarização dos jovens que escolhem esta via de ensino. Com um crescimento constante que se acentuou desde 2005, quando esta oferta foi alargada às escolas públicas, regista-se atualmente um número de cerca de 118 mil jovens a frequentar esta modalidade de formação, que, apesar do crescimento e do reconhecimento em termos escolares é ainda socialmente estigmatizada e associada a percursos de insucesso escolar. Deste modo, ao ser o ensino profissional uma opção para o cumprimento da escolaridade obrigatória de 18 anos e, simultaneamente, uma formação com perspetivas de empregabilidade, é pertinente dar a voz aos alunos sobre o curso que frequentam para confirmar ou contestar esta imagem associada aos cursos profissionais.

Começamos por expor um breve historial que conduziu ao panorama atual do ensino profissional e, de seguida, apresentar os resultados de um estudo de caso realizado numa escola profissional, localizada no distrito de Lisboa. Considerando que o objetivo era investigar as perspetivas dos alunos de uma escola profissional em particular, de modo a aplicar o conhecimento produzido para a melhoria dos cursos e da escola, para além de apresentar o perfil socioeducativo e escolar dos alunos, serão apresentados os resultados relativamente a motivações e expectativas para a frequência de um curso profissional, aspetos valorizados tanto ao nível da frequência do curso como do contexto de trabalho e projetos profissionais dos alunos.

Palavras-chave: ensino profissional, alunos, perfil, motivações, expectativas

Abstract

Professional education is assuming an increasingly important role in the formation and education of young people. With a steady growth that has accelerated since 2005, when this offer was extended to public schools, nowadays there is about 118,000 young people attending this mode of education, which, despite growth and recognition it is still socially stigmatized and associated with school failure. Thus, when professional education is an option for the fulfillment of the 18 years of mandatory education and simultaneously an educational trajectory with employment prospects, it is pertinent to give voice to the students that are attending a professional program of education to confirm or disprove the above-mentioned images associated with professional education programs.

We begin by exposing a brief history that led to the current panorama of professional education and then present the results of a case study conducted in a professional education program located in a school in the Lisbon area. Whereas the objective was to investigate the prospects of students in this particular school in order to apply the knowledge produced to improve the courses and the school, it is also important to present the socio-educational and academic profile of students, the motivations and expectations for the frequency of a professional program, and the valued aspects both at the course's frequency level and the work environment and professional projects.

Keywords: vocational education, students, profile, motivations, expectations

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, o ensino profissional assume um papel cada vez mais preponderante na formação e escolarização dos jovens. Desde 2001 que o crescimento tem sido constante e acentuou-se desde 2005, quando a oferta de cursos profissionais foi generalizada às escolas públicas. Esta foi a estratégia adotada pelo governo português para combater as taxas baixíssimas de conclusão do ensino secundário em Portugal, quando comparadas com os outros países da OCDE.

Assim, depois de um quarto de século a contribuir para a qualificação dos jovens portugueses, devemos compreender o ponto de vista dos alunos sobre um sistema de ensino que foi crescendo lentamente em Portugal, apesar de ainda ser socialmente estigmatizado. Com efeito, Duarte (2012, p.12) refere vários estudos sobre o ensino profissional em que este é associado “a um ensino de segunda escolha e frequentado, de uma maneira geral, por um perfil de alunos cujos trajetos e percursos escolares são, sobretudo, pautados por insucesso, tendo estes estudantes origens socioeconómicas também mais desfavoráveis.”.

Ao ser o ensino profissional cada vez mais uma opção para se cumprir a escolaridade obrigatória de 18 anos (Lei nº 85/2009, de 27 de agosto) e frequentar uma formação com perspetivas de empregabilidade, cremos ser pertinente dar a voz aos alunos desta modalidade de ensino para saber o que pensam da escola profissional e do curso que frequentam. A presente comunicação apresenta resultados preliminares de um estudo mais amplo que tem como objetivos: i) Conhecer as motivações e expectativas dos alunos para a frequência de um curso profissional; ii) Identificar os aspetos valorizados pelo aluno na frequência de um curso profissional e pretende contribuir para responder às seguintes questões de investigação:

- a) Quais são as motivações e expectativas dos alunos para a frequência de um curso profissional?
- b) Quais são os aspetos valorizados pelo aluno na frequência de um curso profissional?

2 BREVE HISTORIAL DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

Em 1986, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a Lei de Bases do Sistema Educativo abrem portas para a criação das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior com a publicação do Decreto-Lei nº 26/89, numa “iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho (embora rapidamente viessem a ficar sob responsabilidade apenas do Ministério da Educação)” (Azevedo, 2010, p. 25). Perante a falta de quadros técnicos intermédios, ou o Estado assumia sozinho a responsabilidade de formação desses técnicos “ou partilhava essa tarefa com a Sociedade Civil – optou pela segunda: criar condições para um empenhamento da sociedade civil na realização desse objetivo de natureza social e económica” (Marques, 1993, p. 13). Deste modo, o próprio DL que as cria assume claramente que as escolas profissionais serão de cariz essencialmente privado como resultado de contratos-programa estabelecidos entre o Estado e promotores locais privados ou públicos, como por exemplo, autarquias, associações ou empresas, entre outros, que assumiriam a responsabilidade da criação de novas escolas. Vários autores (Marques, 1993; Grácio, 1998; Azevedo, 2009, 2010) consideram esta opção como sendo inovadora no panorama educativo nacional da época, visto que nasceram como resultado das necessidades que cada promotor identificava em cada local ou região e não da decisão unilateral e central do Ministério da Educação, apesar do Estado assumir um papel regulador que, para tal, criou em 1988 o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) que iria orientar e coordenar a criação das escolas.

Como afirma Azevedo (2009)

Efetivamente, a adesão da sociedade portuguesa, inesperadamente convocada para a participação numa nova oferta pública de ensino de nível secundário, foi entusiasta, forte e persistente. Só assim se explica o crescimento rápido destas escolas nos três primeiros anos (que passaram de 0 a 168, nos quatro primeiros anos)”. (p. 18)

Segundo o mesmo autor e Marques (1993), as autarquias, juntamente com empresas ou associações empresariais, foram os atores sociais mais dinâmicos neste processo, visto que foram as que conseguiram agregar a si um conjunto variado de parceiros com o objetivo de promover o desenvolvimento educativo, social e económico da população que serve. De acordo com Roberto Carneiro que prefaciou Marques (1993), “a implantação das escolas profissionais em Portugal representou uma das mais profundas, vastas, significativas e promissoras inovações no panorama educativo português” (p. 11). Azevedo (2010) considera que, para além de inovadoras, as escolas profissionais são um caso de sucesso no atual sistema de ensino, baseando-se em cinco pilares:

1. *A dimensão de cada escola e a relação pedagógica que ela potencia:* a pequena dimensão das escolas permite um acompanhamento mais próximo dos alunos, potenciando a diferenciação pedagógica das aprendizagens.

2. *O modelo pedagógico*: a opção por um modelo modular de organização e avaliação mais adaptado ao ritmo dos alunos possibilita uma progressão contínua ao longo dos três anos;
3. *A ligação à comunidade local*: a criação destas escolas de iniciativa local e comunitária facilita a integração dos alunos na sociedade civil e empresarial ao abrir a portas para estágios, visitas de estudo ou elaboração do projeto da Prova de Aptidão Profissional;
4. *O regime de administração e gestão*: estas escolas têm mais autonomia pedagógica administrativa e financeira do que as escolas secundárias públicas, mas também têm uma maior responsabilização e uma exigência contínua em termos de prestação de contas, sendo regularmente auditadas;
5. *O regime de certificação*: o diploma de técnico atribuído pelas escolas profissionais confere uma equivalência ao nível secundário e uma qualificação profissional para entrar no mercado de trabalho, mas se o aluno pretender pode candidatar-se a prosseguir os seus estudos no ensino superior, tendo de realizar os exames nacionais requeridos.

3 O ALUNO DO ENSINO PROFISSIONAL

Segundo dados do PORDATA, no ano letivo 2007/08, existiam 236 escolas profissionais, sendo somente 31 públicas. Em 2014, contamos com cerca de 118 mil jovens a frequentar o ensino profissional tanto em escolas secundárias, como em escolas profissionais, ou seja, um número quatro vezes superior numa década. O alargamento do ensino profissional está bem patente na figura 1, sendo notório o crescimento acentuado a partir de 2008 nos alunos matriculados no ensino profissional.

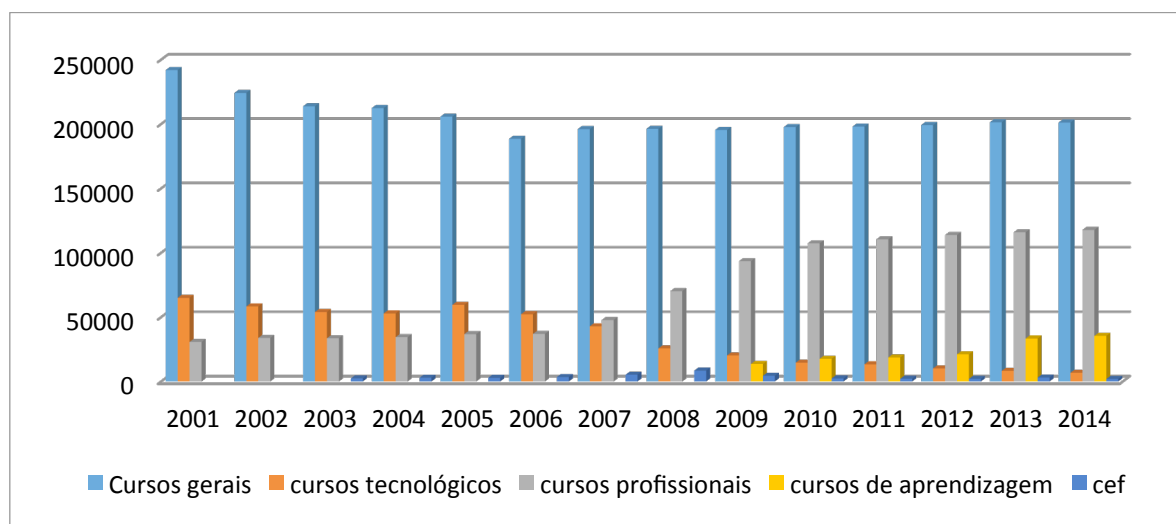


Fig. 1. Alunos matriculados no ensino secundário por modalidades de ensino, em Portugal (01-14)

Contudo para Seabra (2009), citado por Duarte (2012)

a introdução de cursos profissionais nas escolas públicas parece ser uma medida de política que mais do que responder à questão da igualdade de oportunidades – disponibilizar o acesso à escolarização a um conjunto amplo de alunos, não considerando, no entanto, as suas diferenças – tende a deslocalizar a preocupação política para a questão da equidade, isto é, a disponibilizar diferentes alternativas e estratégias (meios) para que todos possam atingir os mesmos fins (sucesso escolar). (p. 12)

Mas, será que este alargamento contribuiu e contribui para a valorização do ensino profissional? De acordo com o ponto de vista de Azevedo (2010) a escola secundária pública está “ a criar “caixotes do lixo” para onde empurra os adolescentes e jovens com maiores dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano. Aquilo a que chamamos ensino profissional em Portugal não é isto (...). Era possível e fácil ter sido percorrido outro caminho. Este está a gerar a descredibilização do ensino profissional, mais do que a sua credibilização como percurso escolar de qualidade para qualquer jovem. E isso é grave, muito grave, porque corremos o risco de estarmos a andar para trás” (p. 5).

O facto é que os estudos de Martins, Pardal e Dias (2005) e de Duarte (2012) confirmam esta conclusão, visto que “existe, ainda, uma tendência para os alunos dos cursos profissionais estarem associados a percursos escolares mais sinuosos, pautados por algum insucesso escolar, consubstanciado em episódios de reprovações até ao 9.º ano de escolaridade” (p. 17). Mesmo assim, de acordo com esta autora, cerca de 30% dos alunos que frequentam um curso profissional nunca reprovaram. Todavia, na nossa opinião, é uma percentagem demasiado baixa, já que reforça o estigma associado a um percurso de segunda escolha. Por outro lado, de acordo com Duarte (2012) “vários estudos têm apresentado a existência de um perfil de alunos do ensino técnico-profissional de baixos recursos escolares e sociais, o que tem reforçado o preconceito social associado aos cursos profissionais.” (p. 3)

Segundo o ponto de vista de Paixão (2013) “os cursos profissionais e vocacionais devem ser apresentados com valor próprio e não como vias de segundo plano ou de recurso alternativas às vias de formação mais tradicionais quando os seus resultados não permitem que por elas se continue a enveredar, devendo, igualmente, estas últimas não aparecer como vias privilegiadas de acesso ao ensino superior” (p. 118).

Por outro lado, Madeira (2006) refere que “o ensino técnico e profissional pode constituir uma contribuição para as respostas aos problemas que subsistem: o abandono e o insucesso escolares, a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, os desajustamentos entre a habilitação académica e a atividade profissional.” (p. 122-123) No seu estudo, apesar de verificar no seu estudo que a maioria dos jovens opta por um curso profissional para “adquirir uma qualificação que facilite a sua inserção no mercado de trabalho, considerando que esta seria a via que mais rapidamente concretizaria essa aspiração” (p. 140), salienta que muitos jovens encontram no ensino profissional uma forma de se reconciliar com a escola, levando alguns deles a pensar em prosseguir estudos para o ensino superior em vez de entrar na vida ativa.

3.1 As motivações e expectativas dos alunos do ensino profissional

No que diz respeito às motivações e expectativas dos jovens que frequentam o ensino profissional, diversos estudos efetuados (Alves, Almeida, Fontoura, & Alves, 2001; Frazão, 2005; Mendes, 2009; Neves, 2012; Pacheco, 2014) chegam às mesmas conclusões. Por norma, o que leva um jovem a inscrever-se num curso profissional é o facto de considerar que facilita a sua entrada no mercado de trabalho, considerando que esta modalidade de formação o prepara adequadamente para a sua vida profissional. Pacheco (2014) salienta, também, que os formandos reconhecem a “importância na obtenção de uma maior certificação e qualificação face às crescentes mutações do mercado de trabalho” (p. 117), valorizando, assim, a qualificação obtida.

Contudo, Frazão (2005) questiona-se se esta não será para os jovens uma forma mais fácil de concluir o ensino secundário, visto que no seu estudo verificou que a terceira razão para optar pelo ensino profissional devia-se ao facto de não gostarem das matérias dos cursos gerais. No entanto, “através de contactos informais posteriores com os inquiridos, foi perceptível que os alunos desejavam inserir-se rapidamente no mundo do trabalho” (p. 105). Da mesma forma, Mendes (2009) conclui que obter “de forma mais fácil o ensino secundário”, não é “um objetivo prioritário, uma vez que centraram as suas escolhas no que lhes permitira as aprendizagens para a entrada na vida ativa” (p. 28).

Apesar de vivermos numa época onde a instabilidade e a precariedade predominam no mercado de trabalho, verificamos que os jovens procuram, através da qualificação profissional e escolar que o ensino profissional permite, atenuar essas alterações recentes, sendo que “a escola surge como um trampolim para o ingresso no mercado de trabalho, e não como meio para a aquisição de saberes” (Neves, 2012, p. 21).

4 METODOLOGIA

O estudo de caso é uma investigação de natureza empírica que se baseia em trabalho de campo ou em análise de documentos. Assim, não se pretende alterar uma situação, “mas compreendê-la tal como ela é” (Ponte, 2006, p. 8) e interpretá-la. O investigador deve refletir e ser perspicaz na sua análise, ter em consideração todos os seus aspetos e o seu contexto real, procurando não se tornar meramente descritivo para não tornar a investigação sem valor, não acrescentando nada de novo a estudos de caso do mesmo contexto. Por outro lado, é essencial um bom enquadramento teórico que suporte as questões formuladas, oriente o trabalho, as interpretações e as questões para

investigações futuras. Os estudos de caso utilizam-se para “compreender a especificidade de uma dada situação ou fenómeno, para estudar os processos e as dinâmicas da prática, com vista à sua melhoria, ou para ajudar um dado organismo ou decisor a definir novas políticas, ou ainda para formular novas teorias.” (Ponte, 2006, p. 17)

Apesar da maioria dos estudos de caso ter com base a investigação qualitativa nem sempre se recorre exclusivamente a esta. Sendo que a nossa investigação será de um estudo de caso de natureza quantitativa, visto que pretendemos investigar as perspetivas dos alunos de uma escola profissional em particular, não tendo pretensão a generalização dos resultados, mas antes refletir em profundidade sobre a perspetiva dos alunos do curso profissional sobre a formação que frequentam.

Na definição da metodologia, optámos pelo inquérito por questionário para a recolha de dados. Antes de decidir se elaborávamos um questionário nosso ou adaptávamos um já existente, pesquisámos diversos estudos semelhantes (Frazão, 2005; Mendes, 2009; Neves, 2012; Pacheco, 2014). Finalmente, optámos por adaptar um inquérito usado anteriormente num outro similar (Mendes, 2009), ao qual fizemos alterações para se adequar aos nossos objetivos.

Posteriormente, como sugerem Hill & Hill (2009), efetuámos um estudo preliminar para verificar a relevância, clareza e compreensão das perguntas aplicadas a um Universo novo. Contudo, antes, solicitámos a ajuda de duas professoras da componente técnica dos cursos profissionais, visto que conhecem bem a população-alvo, para darem a sua opinião sobre a relevância das perguntas e se tinham alguma sugestão de alteração. Sugeriram algumas mudanças que acrescentámos ao nosso instrumento. Seguidamente, foi igualmente realizado um pré-teste a quatro alunos com características similares às da população-alvo, ao qual foi acrescentado uma parte para que pudessem manifestar alguma dificuldade para responder às perguntas ou para acrescentar mais alguma questão. Os resultados foram analisados e introduzidas algumas alterações de acordo com as sugestões dos participantes.

Para responder aos questionários, enquanto amostra representativa desse universo, seleccionámos os alunos finalistas dos quatro cursos profissionais para que tenhamos a perspetiva daqueles que já conhecem a formação profissional, frequentaram estágios, estão quase a concluir o curso e a perspetivar o futuro profissional. Assim, o questionário foi aplicado a 66 alunos, sendo 34 do curso de Produção Agrária nas suas duas variantes, 17 do curso de Turismo Ambiental e Rural e 15 do curso de Recursos Florestais e Ambientais.

O contexto da investigação é uma escola profissional localizada no distrito de Lisboa. Segundo o projeto educativo desse estabelecimento de ensino, este foi fundado em 1989, segundo a legislação em vigor para a criação das escolas profissionais: o Decreto-lei nº 26/1989, de 21 de janeiro. É uma instituição privada sem fins lucrativos, propriedade de uma associação que junta organismos públicos e privados.

5 RESULTADOS

De seguida, são apresentados os resultados do estudo realizado juntos dos jovens que frequentam uma escola profissional na região de Lisboa. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário, ao qual responderam um total de 66 jovens, maioritariamente do género masculino (61%) (Fig.2).

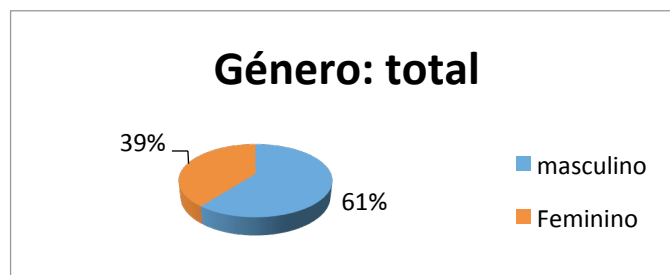


Fig. 2. Distribuição dos inquiridos por género

Os 66 inquiridos encontram-se distribuídos por 4 turmas, sendo as seguintes áreas de formação: Turmas A e B: Produção Agrária; Turma C: Turismo Ambiental e Rural; e Turma D: Recursos

Florestais e Ambientais. A apresenta-se, na figura 3, a distribuição segundo o género pelas áreas de formação. Como se pode verificar as raparigas estão maioritariamente na área de formação de Turismo Ambiental e Rural e os rapazes na área de formação de Produção Agrária e Recursos Florestais e Ambientais.

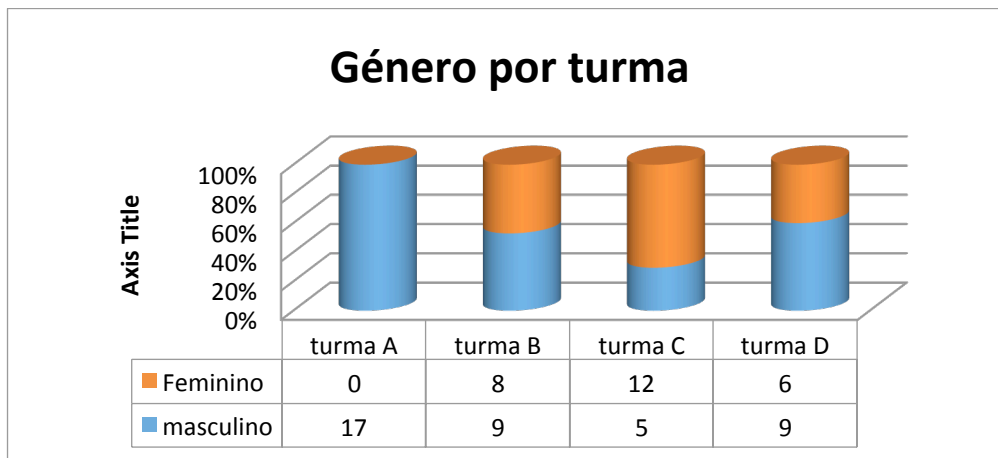


Fig. 3. Distribuição do género pelas áreas de formação

Como se pode analisar na fig. 4, trata-se de uma população com idades inferiores a 25 anos, onde 75% dos jovens têm menos de 20 anos e apenas 1% tem 24 anos.

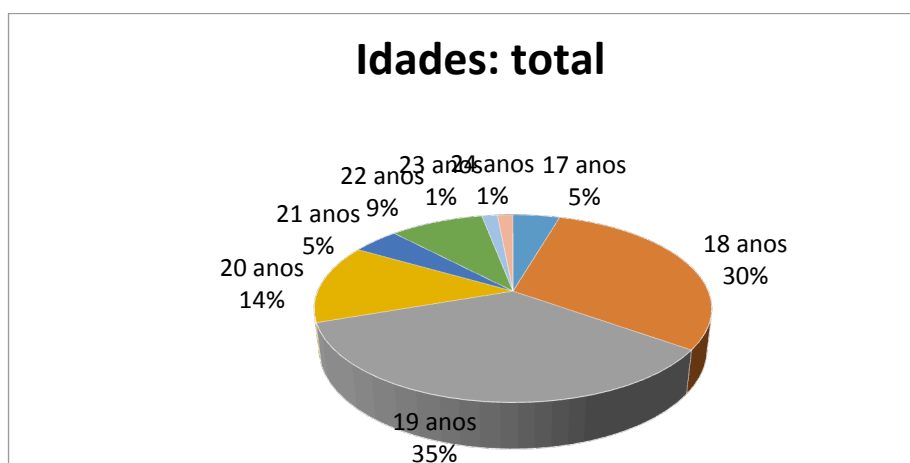


Fig.4. Distribuição das idades no total dos jovens adultos

No que diz respeito ao percurso escolar destes jovens, 76% já reprovou, pelo menos, uma vez, nomeadamente no 7º ano de escolaridade. Apenas 24% apresenta um percurso regular, confirmando-se, neste caso, os resultados dos estudos de Alves, Almeida, Fontoura e Alves (2001), Frazão (2005), Martins, Pardal e Dias (2005), Duarte (2012) e Neves (2012).

Em relação às razões pelas quais o jovem escolhe um curso profissional no momento de decidir a via a seguir para completar a escolaridade, como se verifica na figura 5, os três principais motivos estão todos relacionados com no mundo do trabalho: 21% considera que fica mais bem preparado para ingressar no mundo do trabalho, seguindo-se o gosto pela área profissional do curso e a aprendizagem de uma profissão. Sendo que, valorizam igualmente a componente prática dos cursos.

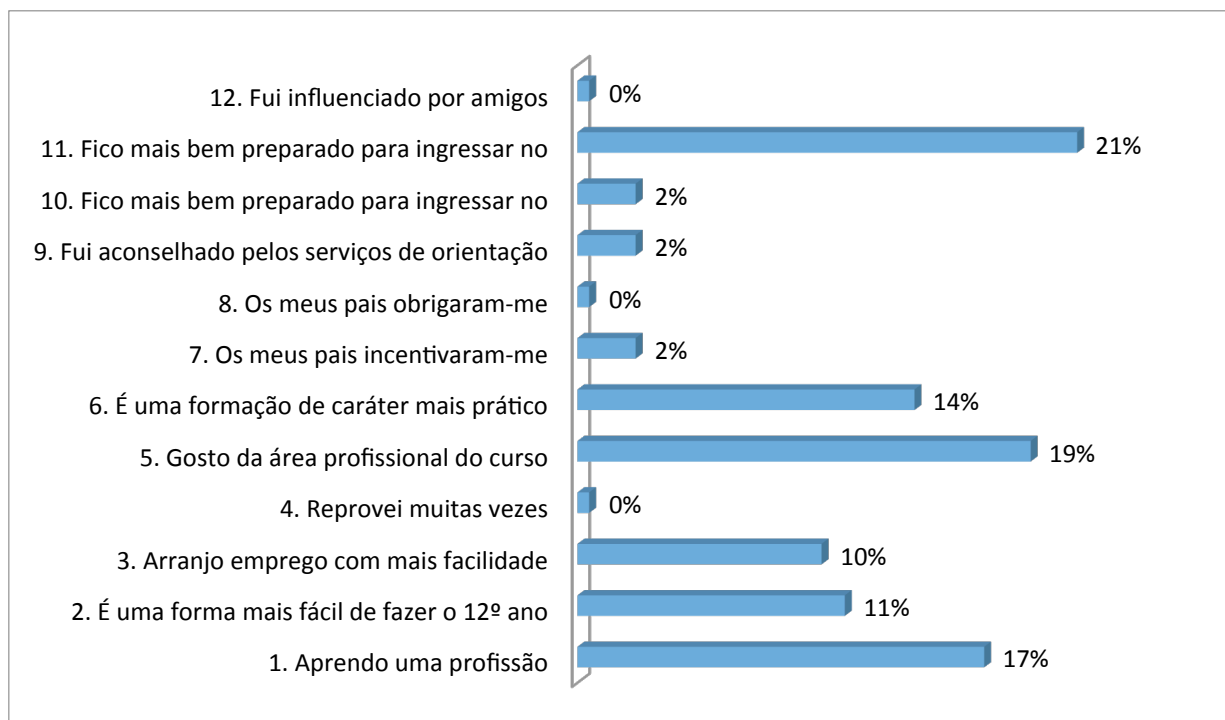


Fig. 5. Principais razões para optar por curso profissional

Quando questionados sobre as suas expectativas no momento da entrada no ensino profissional, uma larga maioria dos alunos (78%) tinha-as elevadas ou muito elevadas.

Tabela 1. Expectativas iniciais

Expectativas iniciais	turma A	turma B	turma C	turma D	TOTAL	
1. Não tinha	2	0	3	2	7	11%
2. Pouco elevadas	0	3	2	3	8	12%
3. Elevadas	15	7	11	7	40	61%
4. Muito elevadas	0	7	1	3	11	17%
Totais	17	17	17	15	66	

Sendo que, no final da sua formação, 82% responde que o curso correspondeu alguma coisa ou muito às suas expectativas iniciais.

Tabela 2. Correspondência às expectativas

Correspondência às expectativas	turma A	turma B	turma C	turma D	TOTAL	
1. Muito	7	6	11	1	25	38%
2. Alguma coisa	9	6	6	8	29	44%
3. Pouco	1	5	0	4	10	15%
4. Nada	0	0	0	2	2	3%
totais	17	17	17	15	66	

À pergunta sobre a importância que o jovem atribui ao estágio, isto é, a formação em contexto de trabalho, as respostas são claras, sendo que a quase totalidade que refere o estágio, obrigatório em todos os cursos profissionais, é muito importante. (Fig. 6)

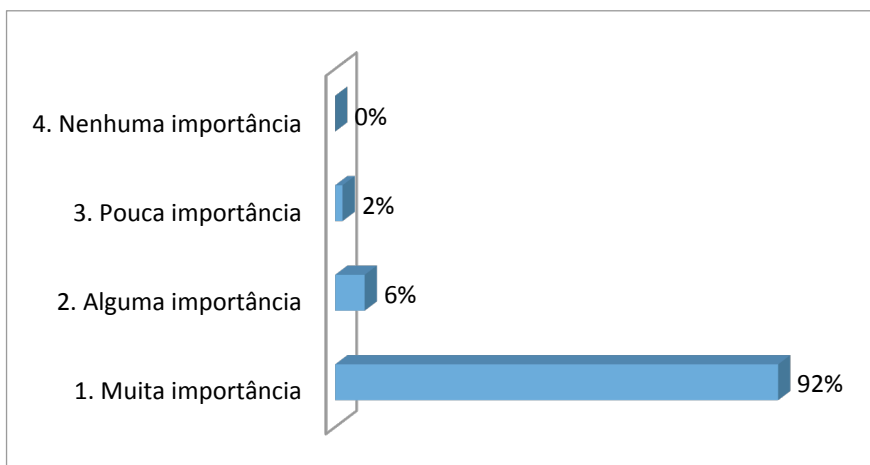


Fig. 6. Importância que atribui ao estágio

Ainda relacionado com estágio, todos concluem que aprenderam algo, sendo o mais importante a aquisição de novos conhecimentos. (Fig. 7)

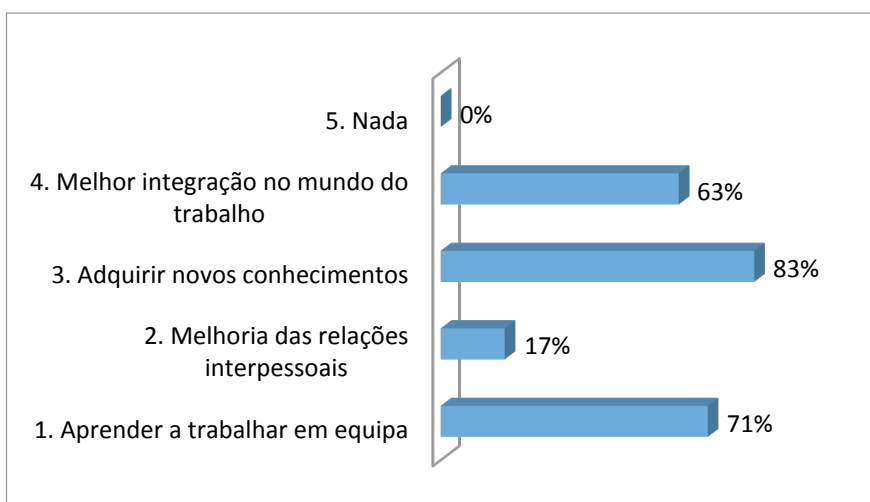


Fig. 7. O que adquiriu com o estágio

Correspondendo às motivações iniciais, praticamente metade dos jovens inquirido pretende encontrar um emprego dentro da sua área de formação, seguindo-se por 17% daqueles que tenciona prosseguir para o ensino superior e trabalhar em simultâneo. (Fig. 8)

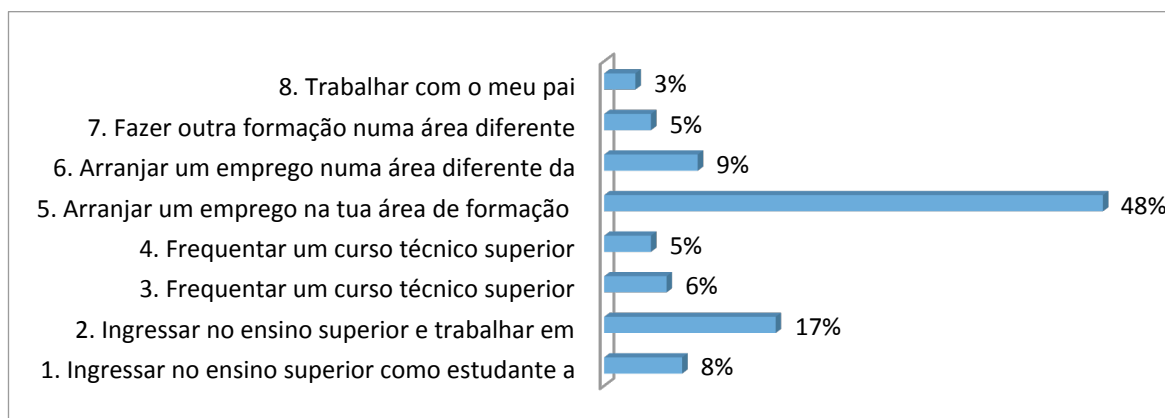


Fig. 8. Perspetivas após a conclusão do curso profissional

Por outro lado, tendo em conta que a maioria dos alunos passou por, pelo menos, um momento de reprovação, apresentando como uma das razões para tal, o facto de não gostar de andar na escola,

consideramos relevante o facto de os próprios alunos acharem que têm uma boa relação com os professores, como se evidencia na figura 9.

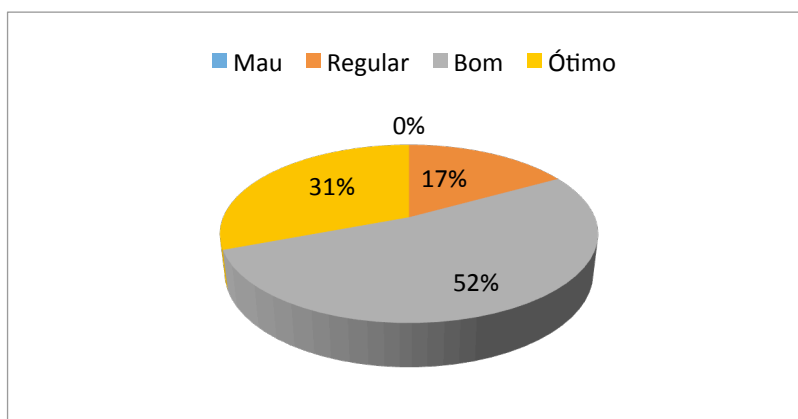


Fig. 9. Relação com os professores

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos do estudo realizado eram maioritariamente do sexo masculino (61%) e, apesar de reprovações anteriores, 65% tinham entre 18 e 19 anos de idade, aproximando-se das idades expectáveis para a conclusão do ensino secundário.

O curso não só correspondeu às expectativas dos alunos como até as superou como mostram os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, que revelam um aumento no que se refere às expectativas à entrada no curso (78%) e no seu cumprimento na conclusão do curso (82%)

Outro aspeto que destacamos é a boa relação com os professores, sobretudo se tivermos em conta o percurso escolar anterior dos alunos marcado, na sua grande maioria, por situações de insucesso.

Ainda no quadro da relação de insucesso escolar anteriormente referida, é interessante verificar que cerca de um terço dos jovens pretendem continuar os estudos, trabalhando simultaneamente, ou não. Ou seja, a relação com a escola e com o estudo revigorou-se, incentivando a procura de novas aprendizagens o que mostra a apropriação de atitudes de aprendizagem ao longo da vida tão importante na sociedade atual do conhecimento. Não obstante, metade dos alunos pretende entrar no mercado de trabalho dentro da sua área de formação, correspondendo às suas motivações iniciais para a frequência do ensino profissional.

REFERÊNCIAS

- Alves, N. (., Almeida, A. J., Fontoura, M., & Alves, P. (2001). *Educação e Formação: Análise comparativa dos sub-sistemas de qualificação profissional de nível III*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Azevedo, J. (2009). Escolas Profissionais 1989-2009: As Oportunidades e os Riscos de uma Inovação Educacional que viajou da Margem para o Centro. *Propuesta Educativa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais*, pp. 12-49.
- Azevedo, J. (Jul/Ago/Set de 2010). *Escolas Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos*. Obtido de www.fep.porto.ucp.pt: http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/docs/revista_formar_2010.pdf
- Duarte, A. (2012). *A introdução dos cursos profissionais nas escolas públicas: perfil socioeducativo dos alunos*. Lisboa: ISCTE.
- Frazão, L. (2005). *Da escola ao mundo do trabalho. Competências e inserção sócio-profissional*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

- Grácio, S. (1998). *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Madeira, M. H. (2006). Ensino Profissional de Jovens: Um Percorso Escolar Diferente para a (Re)Construção de Projectos de Vida. *Revista Lusófona de Educação*, 7, pp. 121-141.
- Marques, M. (1993). *O modelo educativo das escolas profissionais: um campo potencial de inovação*. Lisboa: Educa.
- Martins, A. M., Pardal, L. A., & Dias, C. (2005). Ensino Técnico e Profissional: Natureza da Oferta e da Procura. *Interações*, pp. 77-97.
- Mendes, P. M. (2009). *Estudantes do ensino secundário profissional: origem social, escolhas escolares e expectativas*. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Neves, P. P. (2012). *Ensino profissional: expectativas de carreira e projecto de vida*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pacheco, T. B. (2014). *A opção dos jovens pelo ensino profissional: contextos e decisões. Um estudo de caso*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Paixão, P. (2013). O papel da orientação na aprendizagem ao longo da vida. *Ensino Profissional* (pp. 107-134). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, pp. 105-132.
- PORDATA*. (s.d.). Obtido de Dados obtidos em www.pordata.pt a 02-07-2016

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei nº 26/89, de 21 de janeiro

Lei nº 85/2009, de 27 de agosto